

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

06/09/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Conselho define regulamento para iniciar debates sobre políticas de emprego

O Conselho Nacional do Trabalho, instalado pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, em 1º de junho deste ano, concluiu as discussões sobre o regimento interno do grupo nesta terça-feira (5), em Brasília. Agora, será produzido um documento para análise jurídica e, a partir daí os integrantes do Conselho já poderão iniciar os debates em torno das grandes questões envolvendo o mundo do trabalho no Brasil.

O ministro, que abriu a reunião desta terça, lembrou que todas as deliberações do Conselho serão levadas em conta na elaboração das políticas públicas de emprego no país. "Neste momento que o país vive, este pode ser considerado um dos conselhos mais importantes da República. Ele é fundamental para o Brasil hoje", afirmou. O secretário de Relações do trabalho do Ministério do Trabalho, Carlos Lacerda, lembrou que o Conselho tem representantes de todas as pessoas envolvidas e diretamente atingidas pelas políticas de emprego do país. O grupo tem a participação de 10 entidades representantes de trabalhadores, 10 de empregadores e nove ministérios. "Estamos trazendo a sociedade para dentro do governo para que ela participe ativamente de decisões que a afetam diretamente", avaliou.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4969>

Centrais afinam unidade e trabalham por MP que melhore a reforma trabalhista

Força, UGT, CTB, Nova Central e CSB, com o Dieese, reuniram-se segunda (4), na sede da UGT, para definir o enfrentamento à reforma trabalhista. Também foram debatidos itens da nova lei, que entra em vigor dia 12 de novembro, e meios de minimizar seus efeitos, com uma eventual medida provisória a ser editada por Temer. Ricardo Patah, presidente da UGT, avaliou positivamente o encontro e ressaltou a união das entidades. Segundo o dirigente, "esse tipo de encontro, com o debate franco, mostra a solidariedade, unidade e compreensão do momento grave que a classe trabalhadora brasileira está vivenciando".

"Debatemos temas como homologação, eleições em empresas com mais de 200 funcionários, a questão de a gestante trabalhar em local insalubre, acordo individual e também custeio. Esses itens deverão constar em futura medida provisória", destacou Patah à Agência Sindical.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, o momento é grave e requer ações concretas. O cetebista avalia que as Centrais vêm cumprindo seu papel no esforço de construir a unidade na diversidade. "A agenda ultraliberal que depõe contra os interesses da classe trabalhadora, sobretudo com a reforma trabalhista e uma reforma da Previdência a toque de caixa, exige muita determinação de nossa parte", alerta.

Medida - O presidente da Força Sindical e deputado federal, Paulo Pereira da Silva (Paulinho) vê possibilidade a hostilidade que se criou em Brasília contra o sindicalismo. O momento é de negociação. Paulinho afirma: "É preciso dialogar com as lideranças dos partidos e o próprio governo. Só assim podemos garantir direitos. A negociação envolve uma medida provisória que está em fase final de elaboração". Nos debates, Paulinho lembrou que não basta uma MP bem redigida. Em sua avaliação, a escolha do relator será decisiva.

Fiesp - Pela manhã, dirigentes da Força, UGT, CTB e Nova Central e empresários se reuniram na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para discutir estratégias pró-retomada do crescimento e a geração do emprego. Centrais e empresários farão ação conjunta dia 12, em Brasília. "Pretendemos levar uma grande delegação e entregar documento que sensibilize o governo com alternativas para crescimento do País, como mais crédito, retorno de obras paralisadas, entre outras", adianta Patah.

Fonte: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Fórum lança movimento de resistência ao desmonte da CLT e assalto a direitos

O Fórum Sindical dos Trabalhadores lança nesta terça (5), às 10 horas, o Movimento Nacional de Resistência às Reformas, que articulará uma série de iniciativas em todo o País visando à mobilização da classe trabalhadora e da população em geral contra a implementação da reforma trabalhista (Lei 13467/17) e a precarização de direitos. O evento, no auditório do Hotel Nacional, em Brasília, reunirá dirigentes das 22 Confederações que integram o FST, além de representantes de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e Ministério Público do Trabalho.

A Agência Sindical conversou com o Coordenador do FST, Artur Bueno de Camargo. "O objetivo central é informar a classe trabalhadora sobre os impactos da reforma trabalhista, mostrando o quanto ela é prejudicial aos trabalhadores. Mas queremos ir adiante, conscientizando a classe trabalhadora e a população da necessidade de mudanças urgentes na representação política do País", explica. O lançamento da campanha marca o início de um cronograma de atividades que serão coordenadas por meio dos cinco comitês que atuarão nos Estados, coordenado o trabalho das entidades sindicais. Segundo Artur, apesar do movimento ter surgido na base das Confederações, a proposta é incorporar outras entidades aos núcleos que de base estadual. Os comitês atuarão nos Estados, com assessoramento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ficarão responsáveis pela distribuição de materiais de divulgação e pelas estratégias de resistência à precarização dos direitos. Além disso, coordenarão a coleta de assinaturas para viabilizar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular com vista a revogar a "reforma" trabalhista aprovada no Congresso Nacional.

Fonte: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Rodrigo Maia diz que reforma da Previdência pode ser votada em outubro

O presidente da República em exercício, deputado Rodrigo Maia, disse nesta segunda-feira (4) que a previsão na Câmara dos Deputados é votar em outubro a reforma da Previdência. Segundo ele, a maior dificuldade será conseguir os votos necessários para a aprovação em primeiro turno no Plenário. "O problema não é a data, é ter voto para votar. Hoje tem menos votos do que antes", declarou. Ele calcula que, atualmente, não será possível alcançar mais que 280 votos, quantidade abaixo dos 308 necessários para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que trata da reforma da Previdência. "É questão de trabalhar e mostrar a urgência para os parlamentares", disse Maia. Ele afirmou que atua todos os dias no convencimento dos deputados no tema que, segundo ele, ainda é polêmico. "Aprovada a reforma da Previdência ainda neste ano, o impacto na economia ano que vem vai ser muito forte e vai colaborar com a eleição de 2018", disse.

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Vanessa Grazziotin cobra do governo mudanças em pontos da reforma trabalhista

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou a edição de uma medida provisória para modificar alguns pontos da reforma trabalhista, aprovada em julho pelo Senado. Ela lembrou que durante a votação do texto foi fechado um acordo entre os próprios integrantes da bancada governista, segundo o qual Temer faria correções na proposta por meio de vetos e de medidas provisórias. A senadora lembrou que há 53 dias a sociedade aguarda por essas providências do Poder Executivo. Vanessa Grazziotin informou ainda ter ouvido do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que as regras da reforma trabalhista só passarão a valer em novembro próximo. Por isso a medida provisória ainda não teria sido enviada ao Congresso Nacional. Na avaliação da senadora, não há razão para esperar por novembro, uma vez que as empresas já estão se organizando para atender às novas normas. Disse também ser necessário garantir segurança jurídica a empregados e empregadores.

— O acerto foi que se aprovaria do jeito que estava porque haveria a edição de uma medida provisória. E essa medida provisória é necessária para corrigir inúmeras arbitrariedades. Há tanta imoralidade contra o trabalhador que o próprio Ministério Público Federal entrou com uma ação de inconstitucionalidade, já da lei que recém foi aprovada.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>